

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS CODÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS-HISTÓRIA

MÔNICA LIMA DA SILVA

ONDE AS RAPARIGAS NÃO ENTRAM: relações de gênero e sociabilidade no Centro
Operário Codoense – MA

Codó- MA
2018

MÔNICA LIMA DA SILVA

ONDE AS RAPARIGAS NÃO ENTRAM: relações de gênero e sociabilidade no Centro Operário Codoense – MA

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Licenciatura em Ciências Humanas – História da Universidade Federal do Maranhão – Campus Codó – como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Humanas – História.

Codó- MA
2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Silva, Mônica Lima da.

ONDE AS RAPARIGAS NÃO ENTRAM: relações de gênero e sociabilidade no Centro Operário Codoense - MA / Mônica Lima da Silva. - 2018.

46 p.

Orientador(a): Tatiane da Silva Sales.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas História, Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2018.

1. Centro Operário Codoense. 2. Codó. 3. Condição feminina. I. da Silva Sales, Tatiane. II. Título.

MÔNICA LIMA DA SILVA

Aprovada em: 18/ 07/ 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Tatiane da Silva Sales (orientadora)

Prof. Dr. Domingos Ribeiro Mendes Júnior

Prof. Dr. Francisco Waldílio da Silva Sousa

À comunidade codoense, em especial aqueles
que contribuíram para a realização desse
trabalho.

À minha Avó Iolanda (in memoriam)

“Na sociedade brasileira as mulheres não são mais do que seus próprios corpos, corpos que são terras desconhecidas, territórios impenetráveis e que foram durante séculos auscultados, mapeados, interrogados e decodificados pela imaginação masculina” (Mary Del Priore)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que me permitiu chegar até aqui.

A esta universidade e seu corpo docente.

À minha orientadora, Tatiane Sales, por ter sido tão dedicada, paciente, compreensiva e companheira nesta jornada.

Às cinco pessoas que concederam as entrevistas e apoiaram este trabalho.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Ao meu irmão pelo incentivo e apoio nos momentos de dificuldades.

À toda minha família, tios, tias, primos que apoiaram.

À senhora Silvia Santos por me direcionar as fontes orais.

RESUMO

Esta pesquisa tem por finalidade analisar e compreender o processo de distinção social e de gênero durante as festividades do Centro Operário Codoense, em vigência desde 1953 no município de Codó/MA, tendo como recorte a condição feminina dentro dessa associação e na sociedade maranhense, entre os anos de 1950 a 1960, destacando o tipo de mulher ideal requisitada para composição do grupo. A metodologia de pesquisa consistiu-se na utilização de fontes impressas: documentos oficiais feitos pela própria entidade, revista do governo municipal e acervos pessoais dos entrevistados; baseada também em fontes orais baseadas nas entrevistas realizadas com quatro homens e uma mulher que relataram suas vivências como integrantes do grupo que forma a entidade Centro Operário Codoense.

PALAVRAS-CHAVE: Centro Operário Codoense. Condição Feminina. Codó.

ABSTRACT

This research aims to analyze and understand the process of social and gender distinction during the festivities of the Centro Operário Codoense, in effect since 1953 in the municipality of Codó / MA, having as a cut the female condition within this association and the society of Maranhão, between the years 1950 to 1960, highlighting the type of ideal woman required for group composition. The research methodology consisted of the use of printed sources: official documents made by the entity itself, a magazine of the municipal government and the personal collections of the interviewees; based also on oral sources based on the interviews conducted with four men and one woman who reported their experiences as members of the group that forms the Codoense Operator Center entity.

KEY-WORDS: Centro Operário Codoense. Female Condition. Codó

LISTA DE QUADRO

Quadro 01 - Produção de Amêndoas de Babaçu

15

LISTA DE IMAGENS

| | |
|--|-----------|
| Imagem 01- Fachada do Centro Operário Codoense no ano de 2018. | 21 |
| Imagem 02- Bandeira do Centro Operário Codoense | 25 |
| Imagem 03- Casa do Folclore Izabel Cafeteira, local onde acontece as festividades | 27 |
| Imagem 04- Miss Colegial 1952 | 29 |
| Imagem 05- “Agarre seu Homem” | 30 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| CAPÍTULO 01 | 14 |
| 1. Maranhão nos anos de 1950 e 1960 | 14 |
| 1.1. Codó nos anos de 1950 e 1960 | 18 |
| 1.2. A Fundação e como funcionava o Centro Operário Codoense | 21 |
| CAPÍTULO 02 | 28 |
| 2. A condição feminina no Brasil dos anos de 1950 e 1960 | 28 |
| 2.1. Prática de distinção social e de gênero em Codó com exemplo da situação do Centro Operário Codoense | 33 |
| CONCLUSÃO | 41 |
| REFERÊNCIAS | 42 |
| APÊNDICES | 45 |

INTRODUÇÃO

As décadas de 1950 e 1960 constituiu-se como um marco na história da sociedade brasileira devido as transformações ocorridas em relação condição feminina, transformações essas que originaram muitos debates pois as mulheres passaram a ocupar espaços antes ocupados exclusivamente pelos homens. Por outro lado, a exigência pela manutenção feminina nos papéis de mãe, esposa e dona de casa provocaram uma desvalorização não só profissional, mas também intelectual da mulher e diversas ordens de discriminações.

Repensando as múltiplas realidades femininas no Brasil atual é que este estudo surgiu, entendendo a importância da necessidade de conhecer o contexto histórico das entidades de classe existentes no município dando ênfase a entidade Centro Operário Codoense, além de visar contribuir socialmente com a sociedade codoense, pois as memórias acerca do município ainda estão em um processo de recolhimento de dados principalmente com trabalhos relacionados a oralidade de codoenses acerca de experiências e vivências contidas nesse espaço.

Esta pesquisa tem por objetivo analisar como se dava o processo de distinção social e de gênero durante as festividades do Centro Operário Codoense, nos anos de 1950 a 1960, destacando o tipo de mulher ideal requisitada para composição do grupo na cidade de Codó/MA.

A metodologia consiste em uma abordagem de história oral, com eixo temático, utilizando-se de documentos tanto de fontes impressas ligadas a documentos oficiais feitos pela própria entidade e revista feita pelo governo municipal encontrada no acervo de um dos entrevistados, como também fontes orais baseadas nas entrevistas realizadas com quatro homens e uma mulher que relataram suas vivências como integrantes do grupo que forma a entidade visando apreender a construção de uma memória grupal em relação ao período aqui estudado.

Com base nesses princípios, afirma-se que a pesquisa utilizada foi uma pesquisa qualitativa com menos pessoas, porém mais aprofundada tendo um caráter exploratório, uma vez que estimula o entrevistado a pensar e a se expressar livremente sobre o tema em questão.

Sua organização varia de acordo com as peculiaridades de cada pesquisa. Requer-se, no entanto, a apresentação de informações acerca de alguns aspectos (...). (GIL, 2002, p. 162).

Aponta-se nesse trabalho a relevância da História Oral como método de pesquisa a partir dos relatos dos entrevistados, onde vozes que antes não eram contempladas ou eram

silenciadas e que agora podem ser ouvidas, discutidas e registradas por meio da História Oral, permitindo que o sujeito traga à memória vivências e experiências tidas no passado.

As atividades de pesquisa documental e bibliográfica tiveram início no mês de julho do ano de 2017, quando fomos em busca nos principais lugares, como na Biblioteca Professor Fernando Carvalho (Biblioteca municipal de Codó/MA), onde não foi encontrado material do estudo proposto, em seguida na Biblioteca Setorial da UFMA Campus VII em busca de materiais bibliográficos e em seguida a sede da associação onde coletei os documentos ainda existentes. No entanto, a carência de materiais foi a maior dificuldade para construção do trabalho, pois existem pouquíssimas fontes em relação ao tema aqui discutido e foi então que recorre de imediato as fontes orais, buscando os nomes que poderiam auxiliar nesse processo.

Apesar das limitações no processo de pesquisa, alguns materiais foram encontrados e, por meio das entrevistas, fontes foram elaboradas. Desta forma, a monografia está estruturada em dois capítulos identificados a seguir:

O primeiro capítulo inicia-se com uma discussão em relação as significativas mudanças ocorridas no Maranhão e no município de Codó, entre os anos de 1950 a 1960, não só no seu cenário político, mais também econômico e em termos de organização do espaço urbano. Discute-se também o processo de fundação e organização da entidade de classe Centro Operário Codoense, instituição base para análise social de Codó e da condição feminina por meio das festividades promovidas pela instituição.

O capítulo dois apresenta uma discussão acerca da história e da condição feminina no Brasil e no Maranhão, entre os anos de 1950 e 1960, com ênfase na grande distinção em relação aos papéis da mulher e do homem dentro da sociedade e conservação da moral, como algo essencial para a manutenção de família modelo, além da relevância que tinha a virgindade para a época. Em seguida discute-se sobre distinção social e de gênero em Codó com exemplo da situação do Centro Operário Codoense iniciando com o conceito e a importância da História Oral como método de pesquisa e também por meio de análises das entrevistas que remontam um pouco da história da cidade de Codó, da instituição do Centro Operário e das exigências sobre os corpos e comportamentos femininos.

CAPÍTULO 01

1. Maranhão nos anos de 1950 e 1960

O Maranhão atravessou significativas mudanças entre os anos de 1940 a 1970, não só no seu cenário político, mais também econômico e em termos de organização do espaço urbano. Tais mudanças são parte necessárias do contexto estudado para perceber também algumas implicações de ordem social experimentadas no Brasil e em especial na realidade Maranhense e Codoense.

No entanto, para percebermos as experiências vividas no estado durante as décadas de 1940/70 é interessante também acompanharmos um período antecessor, observando quanto o Maranhão vem passando por expressas alterações desde a virada do século XIX para o século XX. Assim, é possível destacar que a capital do estado, por exemplo, passou por várias tentativas de organização do seu espaço urbano, tanto nos espaços públicos, quanto na tentativa de regular os espaços privados, tentativas de disciplinar os corpos neste ambiente urbano, que em tese seria mais frenético e cheio de contatos interpessoais, a exemplo disto estão as diversas abordagens feitas em jornais.

A partir do crescimento urbano, impulsionado pelas fábricas, a cidade de São Luís viveu certa mobilidade e dinâmica. É neste sentido que pelo aumento no volume de pessoas, inclusive de marginalizados, estabeleceram-se alguns critérios de convivência social e padrões por meio do Código de Postura, organizado em 1866. Um exemplo disso é que versa do Código de Postura de São Luís, artigo 102, título “Cômmodo e Seguridade”:

Ninguém poderá lançar á rua cousa alguma que possa tornal-a immunda, nem, prejudicar ou incommodar aos que nella estiverem. Aos contraventores a multa de cinco mil reis, e nas reincidências dez; sendo o objeto lançado á rua removido á custa dos contraventores. Se a pessoa, que incorrer nas penas desta postura, não tiver meios de pagal-as, soffrerá então a de dous dias de prisão. (CÓGIDO DE POSTURA, 1866, artigo 102)

E assim, muitas outras sanções e ações regulatórias foram estabelecidas ao longo dos anos subsequentes, sendo alvo constante do principal meio de comunicação da época, os jornais. Tal período de fins do século XIX e consolidação da República inaugura vários Códigos de Postura determinados posteriormente ao citado acima, sendo publicados códigos em 1893, 1936 e 1968 e o que todos tinham em comum era a tentativa constante de regulamentar o espaço público versando acerca de abastecimentos e vendas, salubridade, construções, como transitar pelas ruas, o vestir-se e comportamento público, higiene e saúde pública (SELBACH, 2010).

A economia do Maranhão durante os séculos XVIII e XIX foi caracterizada pela produção de algodão na qual fez movimentar o setor industrial têxtil não somente na capital maranhense, mais também nos municípios de Caxias e Codó. O Maranhão apreciou vários empreendimentos no setor agroindustrial, ocupando o segundo lugar entre os estados industriais no ano de 1895 possuindo 16 fábricas, perdendo apenas para o estado de Minas Gerais, com a produção de vários produtos principalmente o têxtil.

Além da produção de algodão, arroz, açúcar e da quebra do coco babaçu¹ outro grande fator considerável para a expansão populacional no estado foi a instalação de fábricas que movimentou a economia local.

A importância do babaçu para a economia local se reflete em crescimento exponencial, como apresenta os dados da produção ao longo dos anos:

Quadro 01 - Produção de Amêndoas de Babaçu

| Ano | Quantidade |
|------|------------|
| 1947 | 45.750 |
| 1948 | 62.803 |
| 1954 | 60.054 |
| 1966 | 147.666 |
| 1969 | 149.900 |
| 1972 | 150.199 |
| 1974 | 171.973 |

Fonte: Instituto de Pesquisas Econômico-sociais e Informática. São Luís, 1978.

Entre 1914 e 1918, mais uma vez uma crise externa – desta vez a Primeira Guerra Mundial – ofereceu oportunidades para a economia local. Com a produção na Europa paralisada pelo conflito, as fábricas de São Luís, Caxias e Codó tiveram a possibilidade de uma preparação para ampliação da produtividade e da oferta, em função de um aumento anunciado da demanda para o período pós conflito. A literatura não mostra nada de significativo nesse sentido. As elites locais, satisfeitas com o aumento dos preços no mercado internacional e com a superexploração interna, não buscavam ganhos de produtividade. (PEREIRA FILHO, 2015, p. 11).

¹ O público feminino maranhense é intimamente entrelaçado com a quebra do coco babaçu, apesar de se depararem com várias situações como a desvalorização de suas mãos- de- obras lutam incansavelmente pela formação de suas identidades como quebradeiras de coco.

Entre as décadas de 1950 e 1970 o estado do Maranhão servia de refúgio para várias pessoas que saíam de suas terras a procura de melhores condições de vida devido a possibilidade de aquisição de lucro, pois o estado apresentava uma economia mediana no setor da agroindústria com a produção de arroz, algodão e principalmente com a quebra do coco babaçu. O babaçu foi o produto de maior destaque e um atrativo para o crescimento populacional do Maranhão, se ampliou tanto que até hoje continua sendo o forte da economia do nosso Estado.

O desejo do migrante nem sempre é de enriquecimento e fartura. O rumar ao Maranhão é, muitas vezes, mera estratégia de sobrevivência. Segundo seus próprios termos, muitos migram “pra escapar”. A conquista de um propalado eldorado é realizada por uma minoria que logra, através de estratégias políticas e/ou do trabalho árduo, desfrutar das benesses da natureza e das possibilidades de lucro que a economia local propicia durante um período de média duração. (FERREIRA, 2016, p. 86).

Esse grande curso migratório de pessoas para o ambiente urbano em busca não somente de lucro, mais principalmente a busca pela sobrevivência perpassou várias décadas. O fato de estar no espaço urbano não foi o suficiente, pois muitos migrantes enfrentaram diversas dificuldades, pois a maioria não tinha experiências que o mercado de trabalho exigia ou eram analfabetos, então recorriam a empregos informais como no caso da maioria das mulheres iam trabalhar de doméstica em casa de família enquanto os homens vendiam sua força de trabalho, serviços braçais muitas vezes desprestigiados pelo meio social.

Durante o período pesquisado, a capital do estado vivenciou um crescimento populacional considerável, muito por conta das fábricas que se instalaram promovendo aumento demográfico e suburbanização de bairros proletários. Em 1940, a população do Maranhão era de 1.235.169, sendo que 85% se concentrava na zona rural e, até a década de 1960, parte significativa do crescimento populacional da cidade se deu por meio dos fluxos migratórios, onde a capital acolhia pessoas vindas do interior que, muitas vezes, acabavam como uma massa de trabalhadores excluídos.

Na política o panorama do Maranhão foi marcado por vários eventos e situações de governo ao longo do período republicano, ressaltaremos aqui alguns de expressividade estadual a partir da intervenção proposta pelo Estado Novo efetivada, no estado, por meio da figura do interventor Paulo Ramos (1936-1945). Tal governo buscou uma política de modernização para a capital maranhense por meio de obras de infraestrutura, demolições de prédios, mesmo os

2 Ver: GOMES, Antonio Marcos. Notas sobre o Processo de Formação do Mercado de Trabalho no Maranhão: da grande lavoura aos grandes empreendimentos. In: BARROS, Antonio Evaldo Almeida et al. (Org.). **Histórias do Maranhão em Tempos de República**. São Luís: Edufma, Jundiá, Paco, 2015.

históricos, alargamento de avenidas e abertura de novas ruas para comportar os carros e a nova dinâmica urbana da capital.

À chegada de Paulo Ramos seguiu-se à do prefeito indicado para a cidade de São Luís, o engenheiro e urbanista José Octacílio Saboya Ribeiro. Este, embora não permanecesse muito tempo no estado, influenciou de maneira central a execução do projeto de modernização que pretendia a reversão da decadência tão reclamada pelos intelectuais locais. Nos anos de 1936-37 procurou aproximar a administração ao sentido modernizador do governo Vargas, ato fulcral para as ambições modernistas desse governo, sobretudo no quesito das questões urbanísticas. (COSTA, 2016, p. 73)

Mais uma vez o discurso de moderno e civilidade, e não a última, foi emplacado por governantes e jornais do Maranhão. No entanto, juntamente com a fala voltada para modernizar e embelezar a cidade, estavam também várias tentativas de disciplinamento dos corpos, controle e vigilância daquilo que as pessoas fariam nos espaços públicos.

Após o Estado Novo Paulo Ramos sai de cena política no Maranhão e quem fortaleceu seu nome, desde articulação na capital do Brasil, foi Vitorino Freire, um pernambucano que já exercia cargos públicos no Maranhão desde 1933 e com a intervenção do Estado Novo tinha se mudado para o Rio de Janeiro, onde conseguiu importante apoio político. Uma oposição foi formada frente à essa liderança, como destaca Sales:

Inúmeros partidos de oposição se aproximaram com o intuito de preparar uma frente oposicionista à Vitorino, formando a chamada Oposições Coligadas, fazendo frente em todas as eleições de 1950 a 1965. Em 1951, Vitorino enfrentou forte resistência do grupo das Oposições Coligadas e de certa parcela da população que associava o apoio a ele ao atraso econômico do estado, principalmente, em São Luís, onde parte da população almejava vitória do oposicionista, Saturnino Belo. Com a derrota de Satú Belo e diversas acusações de fraudes no processo eleitoral, um grupo na capital reagiu violentamente à posse do candidato apoiado por Vitorino, Eugênio Barros, organizando passeatas, piquetes e discursos inflamados em praças, contando ainda com a depredação de alguns órgãos públicos e teve como desfecho o fechamento do porto de São Luís diminuindo a oferta de alimentos que chegavam ao Estado e resultando em uma greve geral nos meses de fevereiro e março de 1951 e depois setembro e outubro do mesmo ano. (SALES, 2017, p. 87)

Tais eventos ficaram conhecidos como “greve geral” ou “greve de 51” gerando uma situação instável na capital maranhense como: falta de abastecimento de água, energia elétrica e de alimentos, e todos esses problemas fizeram com que a população realizasse várias manifestações reivindicando seus direitos em praça pública.

Em dois momentos, a capital ficou completamente paralisada numa greve geral, nos meses de fevereiro/março (cerca de 15 dias) e setembro/outubro (20 dias). A greve de 1951 assumiu tal magnitude que reunia em suas manifestações diárias contingentes de, no mínimo, 3-4 mil pessoas na chamada ‘Praça da Liberdade’ (praça João Lisboa ou Largo do Carmo, o centro político ludovicense) (COSTA, 2004, p. 270).

O movimento contou ainda ativamente com a participação da organização estudantil e culminou na permanência do vitorinismo, que só foi abalado a partir de 1960 após a inserção política e oposicionista de José Sarney. Inicialmente José Sarney tinha vinculação com a oligarquia³ de Vitorino Freire, mais sua carreira na política só foi intitulada quando se coligou a oposição. A população maranhense experienciou várias décadas um caos social, vivenciou mudanças de governos e medidas políticas, porém permaneceu em estado de miséria, analfabetismo, dentre outros problemas sociais e a criação de nova oligarquia.

O estado do Maranhão viveu uma dominação política de uma oligarquia que perpassou várias décadas com desigualdades socioeconômicas beneficiando uma pequena nata da sociedade e tornando assim o estado de mais mazelas sociais do Brasil.

1.1. Codó nos anos de 1950 e 1960

A legítima origem do nome Codó já causou diversos debates em relação ao seu significado, pois segundo o professor Fernando Carvalho significa atoleiro, brejo, lugar de charco. A outra versão segundo os habitantes é que o nome surgiu a partir do nome de uma ave que tinha em grande abundância na região conhecida como codorna ou codorniz. E a outra versão defendida por pesquisadores é que o nome Codó vem do Sudão Setentrional Africano que na qual fica situado a cidade de Kodok, cidade de onde vieram os negros escravizados.

O município de Codó teve como marco inicial a construção de um depósito que servia para guardar mercadorias construído à margem do rio Itapecuru.

Ao longo do século XIX O município produziu algodão de excelência, considerado um dos melhores do estado do Maranhão tal produção motivou o empresário Emílio José Lisboa a fundar a primeira grande indústria no município voltava para a tecelagem em 1892, a Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, esta gerou oportunidades de emprego em vários setores e não apenas para a população codoense, pois os cargos onde não havia pessoas especializadas em Codó eram ocupados por pessoas de outras regiões, vinham pessoas de diversas partes do Maranhão concorrer as vagas e vender sua mão- de- obra especializada.

Com a construção da fábrica de tecidos a cidade recebeu vários maquinários para auxiliar na produção e assim promover o desenvolvimento econômico da cidade, esta foi considerada como ponto de partida para o progresso da economia local. Codó foi sendo ocupada por uma grande quantidade de pessoas, atraídas pelas poucas chances de emprego e pelo

³ Oligarquia significa um governo de poucos, concentrando riqueza nas mãos de poucos e havendo uma proteção familiar onde toda a família em favor de benefício próprio.

fascínio urbano, fato este que gerou um certo inchaço populacional e processo de marginalização social.

A população alvorçou-se. Burros, jumentos, cavalos e as carroças existentes na cidade foram convocadas para transportar à Cidade Alta a dadivosa e pesada mercadoria. Homens fortes, os estivadores não economizaram suas forças físicas, para executar a tão bendita tarefa de conduzir o pesado fardo. Subir a rampa íngreme do porto da Matriz foi um desafio à criatividade dos homens da estiva. O peso das máquinas equivalia, ao desenvolvimento que ocorreria com o progresso desejado. (MACHADO, 1999, p.32)

Com todo esse crescimento populacional e vias de melhoria para a economia local a prefeitura do município de Codó contratou um serviço especializado de um renomado engenheiro, Palmério Cantanhede, para idealizar e efetivar várias obras na cidade. Como não poderia ser diferente uma destas obras foi o edifício onde funcionava a fábrica de tecidos, ponto auge da economia local, e a construção da Estrada de Ferro São Luís – Teresina.

Outros componentes de muita importância na cidade são os rios, ao redor do rio Codó se foi construindo um povoado até nascimento da cidade. À medida em que crescia o número de pessoas a vila de Codó ia se desenvolvendo principalmente na área comercial, que por sua vez também acontecia às margens do rio Codó e eram também ali acondicionados até chegar a outro importante rio, o Itapecuru. O rio Itapecuru foi fundamental para o desenvolvimento econômico do estado, pois servia de caminho e único meio de transporte para travessia de produtos agrícolas para outras cidades e até à capital do estado. Após a construção da estrada de ferro São Luís – Teresina o rio Itapecuru ficou num plano secundário, uma vez que o trem parecia uma medida mais segura, rápida e atendia todas as cidades que ficam localizadas às margens do rio.

Outro fator que envolveu profundamente o rio Itapecuru foi o fluxo migratório sofrido no Maranhão, e conseqüentemente naquela região com atração promovida pelos babaçuais, na década de 1950 pois como a navegação praticamente não existia mais houve uma ocupação indevida das margens do rio e um avançado processo de desmatamento da mata ciliar, gerando assim diversos problemas ambientais.

No entanto, a permanência dos imigrantes no Itapecuru encontrou entraves: a decadência da fertilidade dos solos e a concentração fundiária decorrente da valorização das terras pela implantação do sistema de rodovias. Passou a haver então um intenso movimento populacional, gerando fluxos que se caracterizaram não só pela imigração campo-cidade, mas também de forma acentuada, nas regiões de colonização antiga nas áreas nobres, notadamente as de fronteira agrícola. (MACHADO, 1999, p. 74)

Codó foi um dos municípios maranhenses que mais sofreu influência dos povos africanos, principalmente do que diz respeito as crenças com a difusão da umbanda se propagou por todo o município juntamente com os escravos refugiados. A imigração africana no município deu-se no início de 1780 e se propagou até 1790, os portugueses chegaram ao município em 1850 e os sírios em 1887. Os portugueses e os africanos se votaram à lavoura e os sírios ao comércio, uma vez que Codó era basicamente agrária e essa diversidade de etnias vindas para esta região influenciou positivamente a diversidade religiosa do município, pois cada povo trouxe consigo seus princípios religiosos. Com a marginalização da imprensa codoense em relação aos pajés, Codó ficou conhecida como “terra do feitiço” e anos depois como “capital da magia negra”

Entre 1894 e 1896, os pajés de Codó, além de apresentados por jornalistas locais como ligados ao demônio e acusados de realização de trabalhos para prejudicar as pessoas (feitiçaria), eram também apresentados como membros de uma irmandade que congregava pajés residentes em muitas fazendas, atuantes em quase toda a região, que “aterrorizava” outros moradores e provocava a “transferência” de muitos para locais ainda não dominados por ela – a irmandade de Santa Bárbara (Monitor Codoense, 17/11/1894). Segundo a imprensa local, aquela temida irmandade punia seus dissidentes com um banho preparado com ervas tóxicas, denominado veveo, capaz de provocar até a morte. (FERRETTI, 2015, p. 87).

Por Codó ter sido um dos refúgios para escravos vindos de quilombos por volta do final do século XIX e começo do século XX, foi porta para as práticas culturais como o tambor de crioula. Ainda ligados à forte relação étnica africana e de escravos e de posse da herança cultural, religiosa e artística, a cidade de Codó possui três entidades de classes que prestam serviço de assistência a seus sócios, são elas: a Sociedade Previdente e Mutuária Codoense, a União Artística Operária Codoense e o Centro Operário Codoense. Destacamos aqui o Centro Operário Codoense, fundado a 22 de agosto de 1953, que busca oferecer alguns serviços de melhor proteção aos seus filiados, concedendo auxílio funerário, assistência médica entre outros e não apenas prestação de auxílios materiais, mas também a organização e manutenção de tradições étnicas e culturais de matriz africana como a Festa da Abolição ocorrida em todo dia 13 de maio.

1.2. A Fundação e como funcionava o Centro Operário Codoense

O Centro Operário Codoense foi fundado no dia 22 de agosto de 1953, com sua sede própria na rua Professor Fernando Carvalho nº 175, no município de Codó- MA, tendo como principal objetivo, promover o bem-estar de seus associados, havendo a solidariedade humana entre a classe operaria, além de promover a união crescente dos trabalhadores numa só bandeira de luta procurando fomentar o amor às Instituições Nacionais e promover também a harmonia entre o capital e o trabalho, através de soluções pacificas e justas, de acordo com o primeiro artigo de seu estatuto.

O Centro Operário Codoense é uma entidade de classe, formada por homens e mulheres com os mesmos ideais e que assumem determinados trabalhos sociais e aceita todos aqueles que queiram ajudar no crescimento da instituição independente de cor ou condição social. Para se tornar um sócio da entidade não há muita burocracia, pois basta o candidato preencher os questionários exigidos pela sociedade, além de ter que ser maior de sete anos de idade sendo representados pelos seus responsáveis, não podendo participar das votações até atingir dezoito anos de idade, ter bons costumes, ter uma boa saúde, entre outras condições essenciais.

Imagem 01.

Fachada do Centro Operário Codoense no ano de 2018.



Fonte: arquivo de pesquisa da autora, 2018

A ficha que deve ser preenchida pelo candidato a novo sócio deve apresentar: o nome completo, idade, filiação, estado civil, profissão, endereço, um atestado onde prove que

o candidato goza de boa saúde, sua nacionalidade e naturalidade. Apesar de não fazerem distinção de pessoas a associação exige que a pessoa tenha boa saúde e prove isso através de exames médicos para que possa vim a assumir cargos importantes, como o cargo de presidente que exige muito do indivíduo e é também uma forma de manter a pessoa no cargo por no mínimo três anos, pois há um tempo determinado para eleições. Após aprovado pela diretoria o candidato deverá pagar uma quantia definida pela entidade onde já está inclusa a primeira mensalidade que no ano de 1977 custava oito cruzeiros, atualmente a mensalidade custa dez reais, sendo que a cada reajuste salarial há alteração no valor da mesma. A mensalidade paga pelos filiados serve para a manutenção do espaço físico, compra de matérias gráficas, realização de eventos, além de ser usada para serviços fúnebres quando um de seus sócios venha a falecer.

A diretoria do Centro Operário Codoense composta por um presidente, um vice-presidente, primeiro e segundo secretário, primeiro e segundo tesoureiro, um orador oficial, além de conselho fiscal. Teve como sua primeira diretoria, em 1953: Presidente- Leandro Frazão Corrêa; Vice-presidente- Pedro Machado; 1º Secretário- João Batista Pereira; 2º Secretário- Valdevinos Alves; 1º Tesoureiro- Matuzalém Santana; 2º Tesoureiro- Osmir do Espírito Santo; Orador oficial- Libanio Fernandes Rocha. Como é possível perceber, o corpo dirigente da instituição foi composto apenas por homens, fato este que já caracteriza como se dava a organização da mesma.

De acordo com o Estatuto do Centro Operário Codoense a diretoria que conduz a entidade é escolhida através de eleições durante três anos e podendo concorrer à reeleição para exercerem os cargos já mencionados a cima. Cada membro da diretoria tem seus devidos comprometerimentos: o presidente deve representar a sociedade podendo delegar poderes, visar os cheques para realizar retiradas de dinheiro que esteja depositado, comandar o pagamento e tendo em mãos os recibos, autorizar a compra de materiais sempre que haja necessidade de construir, reformar ou comprar algo para a sede da entidade, convocar assembleias, expor anualmente um relatório sobre as atividades que ocorreram durante o ano, nomear as comissões que ficaram encarregadas no desenvolvimento da entidade caso sinta que deve interferir e orientar as sessões da diretoria.

Para que seja concedida a aposentadoria, o associado encaminhará uma petição ao presidente da diretoria acompanhada das provas de admissão e quitação da proposta de seu substituto no quadro social. Após a admissão do substituto a sociedade, fará entrega do diploma ao requerente, devendo o mesmo pagar as dívidas que tenha para com a sociedade e os emolumentos. (BRANDÃO FILHO, 1985, p. 15).

Cabe ao vice-presidente orientar as Assembleias, substituir o presidente quando houver necessidade, promover os funerais dos associados e apresentar todos os gastos ao tesoureiro. Compete ao 1º Secretário ter em dias as correspondências da entidade, ter sob sua responsabilidade o arquivo da entidade, fazer as leituras das atas e dos demais documentos da sociedade e assinando a correspondência juntamente com o presidente. Ao 2º Secretário cabe substituir o 1º Secretário e auxiliá-lo em suas atividades.

Já à tesouraria cabe recolher as mensalidades dos filiados, receber as doações direcionadas a entidade, fazer a escrituração dos livros, fazer a movimentação das contas bancárias com o presidente, depositar o dinheiro recolhido das mensalidades dos sócios em contas bancárias ficando em suas mãos só uma quantia necessária para pequenos gastos, mostrar a Comissão fiscal o cálculo das contas da tesouraria, que após visto será encaminhado a diretoria para ser avaliado e mostrado à Assembleia.

Ao Orador Oficial cabe discorrer em nome da entidade todas as ações públicas e por último cabe a Comissão fiscal fiscalizar todos os documentos do balanço dos cálculos feitos pela tesouraria, fazer a convocação da Assembleia com mediação do presidente e nos dias de festas fazer fiscalização de tudo que está relacionado ao setor econômico da entidade.

Para votar e ser votado nas eleições ocorridas no Centro Operário Codoense é essencial que o sócio esteja em total desfrute de seus direitos e ter suas contas aprovadas pela diretoria. Nos anos de 50 e 60 as mulheres tinham dificuldades em ter suas candidaturas aprovadas, pois eram espaços ocupados ainda exclusivamente por homens.

Os registros dos nomes dos candidatos as eleições são feitas através de chapas onde em seguida são levados a secretaria através de um requerimento, onde após recebido pelo secretário é encaminhado ao presidente que consulta aos tesoureiros se os candidatos estão quites, caso algum integrante da chapa não esteja quite a chapa não poderá ser registrada. As chapas registradas serão anunciadas para conhecimento de todos.

As eleições são por escrito de maneira sigilosa, onde a chapa que tiver a maioria dos votos estará eleita e em caso de empate o candidato mais velho segundo sua data de nascimento é o vencedor. Cada mesa eleitoral é constituída por um sócio na qual é acompanhado por mais dois sócios, sendo que em cada mesa poderá votar duzentos associados no máximo. Caso o nome do associado não apareça na folha de votação, o mesmo poderá votar apresentando seu carnê com suas mensalidades em dias. A votação tem início as treze horas e seu termino as dezessete horas.

A Assembleia Geral é um instrumento dominador do Centro Operário Codoense sendo constituída pelos filiados que estão em pleno gozo de seus direitos, podendo ser requerida

pelo presidente, pela comissão fiscal, pela maioria dos componentes que formam a diretoria e por no mínimo vinte associados.

Os associados que violarem as regras como atraso no pagamento da mensalidade, faltar as sessões entre outras presentes no estatuto do Centro Operário Codoense deverá sofrer várias penalidades dentre elas a suspensão de seus direitos, suspensão da função que desempenha quando não cumprir com suas obrigações, serão cassados de seus cargos caso falte a três sessões com sequencia sem qualquer justificativa, suspensão de seus direitos sociais quando procedem de forma inconveniente nas sessões ou Assembleias. Serão eliminados os associados que atrasarem suas mensalidades por mais de três meses sem haver justificativa, aquele que cometer agressão seja ela física ou moral a outro sócio dentro da sociedade, aquele que causar prejuízos monetários a entidade, aquele que for condenado a prisão, aquele que mesmo ocupando cargo superior rasurar, rasgar ou alterar as informações contidas nos livros e nos documentos da sociedade com a finalidade de se beneficiar ou beneficiar outras pessoas causando prejuízo a sociedade, ou que praticarem outras ações que não estão mencionadas dentro do estatuto da entidade, mais que seja grave e prejudique a entidade.

Os sócios do Centro Operário Codoense eram divididos em quatro categorias: sócios fundadores que eram aqueles que lutaram e assinaram o manifesto de fundação da entidade; sócios efetivos que eram aqueles sócios que entraram após a fundação e pagavam mensalmente suas mensalidades; sócios honorários se referem aos sócios que prestam serviços sociais a sociedade gratuitamente e a última categoria é a dos sócios beneméritos que são os sócios que se competem com quantias em dinheiro de forma espontânea para o patrimônio da entidade. Era importante categorizar os associados, para haver uma organização interna em relação ao papel que tinha cada indivíduo dentro da entidade e mesmo usando um discurso de não distinção social, efetivam essa segregação para também propor limites para alguns grupos.

De acordo com o estatuto da entidade é de dever dos seus filiados, assistir as sessões de Assembleia em que são convidados a participar, pagar suas mensalidades em dia para desfrutar seus direitos, desempenhar firmemente todos os dispositivos presente no estatuto, juntar o ultimo comprovante às petições que são dirigidas à diretoria e também a Assembleia geral, aceitar e desempenhar com compromisso os cargos em que lhes foi confiado, seja por eleições ou nomeações, prestigiar por todos os meios que esteja ao seu alcance a entidade, cuidar do material da entidade que esteja ao seu alcance e a sua garantia e não tomar decisões que seja de interesse da entidade anterior ao comunicado da diretoria.

É de direito dos filiados: ter participação intensa, tendo direito de votar e ser votado, exigir explicações a respeito do motivo das convocatórias de Assembleias, acenadas

solicitações devem ser assinados por vinte filiados que estejam quites, fazer reivindicações a diretoria quando se sentir prejudicado de alguma forma, seja em seus direitos ou em qualquer outra situação, proteger-se e ser protegido por filiados e quites nas sessões quando for acusado de algo, participar das ações públicas da sociedade e desfrutar de todos os benefícios que são oferecidos pela entidade.

Os lucros da sociedade estão representados pela contribuição dos filiados, pelas doações recebidas que devem ser anexadas no livro e serem anexadas também nas atas das reuniões, as rendas financeiras obtidas em campanhas e nas festas que acontecem na sede do Centro Operário Codoense entre outros atos. Enquanto as despesas da sociedade estão no mantimento dos benefícios, gastos para promover as festas da entidade gastos para compra de materiais de consumo, sendo que nenhuma despesa poderá ocorrer sem autorização da diretoria.

A bandeira do Centro Operário Codoense tem as cores azul e branco tendo no centro da mesma as iniciais do nome Centro Operário Codoense (COC) e em seu redor o lema da entidade: "DEUS, FÉ E CARIDADE". É hasteada em dias de festividades importantes para a entidade, por morte de um sócio ou em feriados não só municipais como estadual e nacional. Em caso de morte de um sócio a sociedade fica doze horas de luto.

Imagem 02.

Bandeira do Centro Operário Codoense



Fonte: arquivo próprio da autora, 2018

Durante a posse o associado terá que fazer o consecutivo juramento: “Prometo sob palavra de honra que farei tudo o que tiver ao meu alcance para Grandeza e Prosperidade do Centro Operário Codoense, Cujos Estatutos e Deliberações Respeitarei”.

No ato de posse os componentes da diretoria e da Comissão fiscal, o presidente da Assembleia Geral estabelecerá o consecutivo juramento: “Prometo sob minha palavra de honra,

que farei tudo pelo engrandecimento do Centro Operário Codoense e assim farei se Deus me permitir”.

O Centro Operário Codoense já ofereceu muitas festas ao longo dos anos de sua existência no município de Codó, festas estas que eram frequentadas por um grande público não só de homens mais também de mulheres, onde não havia distinção nem social, nem racial, onde todas as pessoas podiam frequentar as festividades independentemente de condição social, cor ou raça, diferentemente do clube Guarapary⁴ onde negros não podiam frequentar o clube e muito menos dançar, eram barrados na portaria.

O público do Centro Operário era formado em sua maioria por negros, muitos vindos do povoado Santo Antônio dos Pretos, povoado este localizado no município de Codó que por volta do século XVIII se tornou refúgio para os escravos que vinham fugindo de seus donos, em busca de melhores condições de vida, tornando assim um dos principais povoados quilombolas do Estado.

Os negros eram os maiores frequentadores da entidade devido ao tambor de crioula, também conhecido como dança da punga, uma das principais danças apresentadas no Centro Operário, principalmente na festa do 13 de maio, dia em que comemoram na sociedade a Abolição da Escravatura. No dia da festa da Abolição é realizado várias brincadeiras com o público como: a corrida do saco, ovo na colher, pau de sebo entre outras brincadeiras.

A dança da punga é uma dança de origem africana, alegre e muito aguardada pelos participantes da festa que atrai olhares devido aos seus movimentos contagiantes entre os brincantes, onde as negras põem saias rodadas, fazem uma roda e vão sendo movidas pelo som dos tambores tocados pelos homens. Um dos rituais da dança é a umbigada, onde a dançarina do meio da roda dar uma umbigada na outra dançarina para que possa exibir sua dança, uma forma de convite para uma pessoa onde cabe a mesma aceitar ou não a dançar.

Outra festa promovida pelo Centro Operário é a festa em comemoração ao aniversário da sociedade que acontece todo ano no dia 22 de agosto, onde cantam parabéns, distribuem comidas e há contribuição de cada sócio para realização da mesma.

Segundo os poucos sócios que ainda existem na sociedade, a uma grande dificuldade para manter a sociedade atualmente e principalmente as festas por questão financeira, os sócios foram diminuindo ao longo dos anos, as doações já quase não existem,

4 O Clube Recreativo e Cultural Guarapary fundado na década de 50, clube este voltado e fundado pela elite codoense, um dos clubes mais tradicionais e frequentado pela sociedade codoense em especial pela elite, famoso pelos seus tradicionais eventos em destaque o carnaval de clube, no entanto havia restrições tanto no âmbito social como racial, onde os negros não podia frequentar as festividades.

dificilmente conseguem patrocínio para promover alguma festa. Quando a necessidade de fazer reformas na estrutura da sede os sócios fazem sorteios de objetos para arrecadar dinheiro, pois só o dinheiro das mensalidades dos associados que ainda existe não é o suficiente para as despesas.

Imagem 03.

Casa do Folclore Izabel Cafeteira, local onde acontece as festividades



Fonte: arquivo da autora, 2018.

Ainda que funcionando de forma precária, com poucos associados na atualidade e com falta de expressividade no cenário urbano de Codó, o Centro Operário se mantém enquanto organização civil na cidade e busca, por meio de outras parcerias financeiras, manter as festividades que consagraram o período áureo da instituição nos anos de 1950 e 1960.

Desde o ano de sua fundação, o Centro Operário Codoense apresenta suas políticas de conduta, baseada na conservação da moral, destacando a moral sexual como critérios estabelecidos em suas festividades, mediadas pela sua comissão organizadora, tendo ênfase principalmente a mulher mediante aos padrões tradicionais da época.

Havia uma cobrança da sociedade em relação ao tipo de mulher abita a frequentar as comemorações realizadas pela entidade, cobrança esta voltada principalmente para a moça solteira, que deveria se manter virgem até seu enlace matrimonial, mantendo não só sua família no status de família modelo, como também garantindo ainda sua presença em eventos sociais. Devido estas cobranças em relação ao sexo feminino nesse período, as moças de família policiavam seus comportamentos de modo a não ficarem mal faladas e não serem rotuladas como raparigas, desta forma que eram classificadas as moças que não eram mais virgens perante a sociedade Codoense.

CAPÍTULO 02

2. A condição feminina no Brasil dos anos de 1950 e 1960

Como já destacado no capítulo anterior, o país e as cidades mudaram muito ao longo do século XX, houve diversificada industrialização, fascínio urbano ocasionando o crescimento das cidades e com isso novas oportunidades de lazer, de trabalho e de usos da própria cidade. Em todo este contexto estavam homens e mulheres experimentando as novas vivências do espaço urbano e os seus limites também, como destaca Bassanezi Pinsky: “Assim, além de tentar submeter a moça de família, com maior ou menor sucesso, às formas tradicionais de vigilância social, havia a necessidade de inculcá-lhes a autovigilância [...] e cuidar para manter a honra intacta.” (PINSKY, 2012, p. 480)

Historicamente o cenário do Brasil nos anos de 1950 foi marcado pela grande distinção em relação aos papéis da mulher e do homem dentro da sociedade. A família ainda se baseava no poder e autoridade masculina na sociedade, apesar de muitas situações da exclusividade masculina já estarem sendo rompidas neste momento, ainda ressalta-se o quanto as mulheres ainda eram silenciadas ou invisibilizadas nos espaços públicos e privados.

Ao ocupar mais os espaços públicos tais mulheres também estavam submetidas a constantes situações de vigilância, e por diversas vezes poderiam ser faladas ou apontadas na sociedade enquanto à margem dos ditames estabelecidos e convencionados ao feminino. Essa ideia de uma mulher modelo ou padrão para a sociedade não era nova, porém ganhava peso cada vez que era reforçada nos meios de comunicação mais populares da época e de tempo em tempo era travestida de novas roupagens, como mostram exemplos nas revistas:

Trata-se de um tipo de produção jornalística que não é movida pela necessidade de registrar o fato novidadeiro do dia anterior, matéria-prima por excelência do jornalismo. Pelo contrário, a imprensa feminina orbita em torno de temas mais perenes, não submetidos à premência do tempo curto do acontecimento. Moda beleza, casa, culinária ou o cuidado com os filhos comportam uma abordagem circular, ligada à natureza e às estações do ano: afinal, receitas, recomendações e conselhos indicados para o inverno ou verão. (LUCA, 2012, p.448)

Como percebe-se na abordagem feita por Tania de Luca em relação à imprensa voltada ao público feminino, havia um reforço constante do papel da mulher, de vigilância e de modelos que ainda eram perseguidos como idealizados. E para isso reforçava-se a tal mulher por meio, também, da beleza:

Imagem 4.
Miss Colegial de 1952



Fonte: Jornal Novidades (MA), 15 de junho de 1952, ano I, nº 117, p. 01

Eram frequentes, nos jornais maranhenses dos anos de 1950 e 1960, que as mulheres fossem apresentadas a partir de seus perfis físicos aliados a algumas qualidades intelectuais, essa era mais uma tentativa de delimitar quem era a jovem ideal. No caso da jovem maranhense destaca acima foi resultado de uma disputa de beleza entre jovens estudantes de escolas da capital maranhense.

As mulheres da época eram rotuladas como moças de família, que seriam as moças que se guardavam puras até o matrimônio afim de conseguirem um bom casamento e serem respeitadas pela sociedade, e as “meretrizes ou moças levianas”, ou seja, aquelas que se relacionava com vários homens e não conseguiam se casar, estas eram consideradas más influências e muitas vezes eram proibidas de frequentarem os mesmos lugares que as “moças de família”.

A conservação da moral era tida como algo essencial para se manter o título de família modelo, principalmente a moral sexual que também foi destaque nos anos 1950, pois era rigidamente cobrada às moças solteiras, já que a virgindade era considerada pela sociedade algo relevante principalmente aos pais da moça. A moça que se guardasse até o casamento garantia uma vida promissora. Diferentemente das mulheres, os homens tinham liberdades muito cedo para se relacionar com várias moças ao mesmo tempo, inclusive com as moças mal faladas, onde não assumiam compromissos.

[...] A virgindade era um “cristal” que não devia ser quebrado à toa. Entretanto, o mecanismo mais indicado para a preservação desse cristal não era necessariamente o autocontrole da moça. Para entender qual mecanismo seria o mais adequado, devemos

tentar entrar na mentalidade de 1920, pensando a sexualidade feminina não como um assunto privado, de emoções individuais, mas, sim, como um tipo de patrimônio familiar. (FONSECA, 2012, p. 529).

As moças em geral tinham medo de não conseguirem um bom casamento, as que não eram mais puras buscavam manter em sigilo sua intimidade e conseguir se casar mesmo sabendo dos riscos que corria caso fosse descoberta pelo seu marido.

Na imprensa maranhense também reforçava-se o papel da mulher que deveria fazer de tudo para casar-se:

Imagem 5.

“Agarre seu Homem”



Fonte: Jornal Satélite (MA), 03 de outubro de 1950, ano III, nº 07, p. 05

A figura da mulher quase sempre estava associada à fragilidade, porém, quando reportava-se ao casamento essa fragilidade não era tão representativa assim, pois mostrava-se, nos veículos de comunicação em geral, o quanto cada mulher deveria lutar para alcançar seu casamento, que era considerado a situação auge da condição feminina. Como bem demonstra esta ilustração acima, sob o título de “Agarre Seu Homem” a mulher parece perseguir o homem, com feição de apreensiva, enquanto este foge com aspecto de assustado.

No entanto, nem todo universo feminino ainda estava (ou mesmo esteve) voltado para o matrimônio e mesmo muitas mulheres terem sido vítimas de vários preconceitos e difamações diversas delas violaram as regras impostas pela sociedade e o moralismo que pretendia lhes determinar um lugar específico na sociedade. Na história do Brasil é possível destacar, ao longo de todos os períodos, situações em que as mulheres, principalmente as pobres e cativas, estiveram desempenhando atividades profissionais, ocupavam os espaços públicos e lutavam por sua sobrevivência e a de sua prole. Em tempos de República muitas mulheres

continuaram a lutar para sobreviver e algumas conseguiram, com a nova dinâmica urbana, ampliar seu grau de escolaridade e se inserir formalmente no tão disputado mercado de trabalho.

Disputar espaço com os homens, em atividades antes executadas somente por eles, não foi tarefa fácil, pois estavam constantemente sendo julgadas, avaliadas e muitas vezes condenadas, o trabalho deveria atender a alguns critérios para ser considerado adequado à uma mulher, e dentre eles estava a associação com características entendidas à época como tipicamente do universo feminino, tais como: cuidado, atenção, relação maternal, e etc., não foi à toa que o magistério para escola primária foi tão evocado para as mulheres. O que pode-se perceber é que as mulheres estavam inserindo-se mais no mercado de trabalho, no processo educativo formal e no motor da economia brasileira, assim como mostram alguns dados abaixo.

No Brasil, o número de mulheres que trabalha aumentou 7,5 vezes, entre 1920 e 1970 e entre 1960 e 1970 a taxa média geométrica de crescimento foi de 45%. No setor secundário, o emprego feminino cresceu 53%, entre 1920 e 1940, e de 83% entre 1940 e 1950. Entre 1950 e 1960 foi reduzido o crescimento do número de mulheres empregadas no secundário; houve pequeno aumento de emprego industrial nesse período, em virtude da crise da indústria nesse período, em virtude da crise da indústria têxtil, onde predominam as mulheres. [...] A proporção de mulheres no Terciário subiu de 24,6% em 1940 para 36,9% em 1970 (TABAK, 1983, p. 96-97).

Desta forma, como é possível perceber a representação feminina no mercado de trabalho, nos setores secundário e terciário estava aumentando com certa significância, isto também motivado pelo crescimento da própria economia e da urbanização que o país vivera àquela época. A autora citada acima ainda destaca que a mão de obra feminina já era muito atuante, porém sua característica associava trabalho doméstico, agricultura, serviços de reparação e artesanato, atividades estas que estavam no plano da informalidade e também da desvalorização social.

No entanto, com toda riqueza de possibilidades que este período pode revelar, destaca-se que muitas mulheres não se conformaram apenas com a instrução em nível médio ou técnico e que o magistério primário também não se configurava como única opção de trabalho. Houve um aumento expressivo da instrução feminina em nível superior.

No Brasil, em especial na área científica, a mulher permanece sendo minoria e ocupando postos de menor importância, apesar do aumento da participação feminina no ensino superior ter sido marcante, passando de 9% entre 1940 e 1950, para 45% em 1973, o que significa um aumento relativo de 500% em pouco mais de três décadas. Entretanto, essa expansão não se deu de maneira uniforme, pois a presença de mulheres concentra-se em

carreiras “femininas”, definidas culturalmente como apropriada para a mulher, quais sejam: as áreas de ciências humanas, Letras e Artes e algumas profissões da área de Ciências Biológicas, como Enfermagem, Fonoaudiologia, Nutrição, Psicologia e Terapia Ocupacional, que absorvem cerca de 70% das universitárias brasileiras (TABAK, 1983, p. 99).

Mas também sobre as microrrelações de poder ainda existentes nesta estrutura que era uma formação em nível superior:

Sobre a presença de mulheres em cursos de nível superior, pode-se ter no interior das instituições de ensino, diversos entraves envolvendo as mulheres em espaços antes apenas ocupados por homens. Ainda que o discurso caminhasse cada vez mais para a necessidade de inseri-las como economicamente ativas, as mesmas (ao estudarem) eram constantemente vistas como ameaças à manutenção da família, dos bons costumes e eram ainda encaradas como concorrentes dos homens nas vagas dos exames e no mercado de trabalho. Ainda que as mulheres fossem “aceitas” na academia, as micro relações de poder eram comumente articuladas, no sentido de minimizar essa prática. (SALES, 2017, p. 139).

Apesar das mudanças ocorridas no papel social das mulheres dentro da sociedade, poucas delas conseguiam ser aprovadas para ingressar ao ensino superior, pois muitas não tinham preparo, uma vez que as mulheres ocupavam a maior parte da população analfabeta do país, em especial no estado do Maranhão.

As mulheres por serem consideradas as responsáveis pela manutenção de sua família sofreram muitas opressões por parte do sexo masculino dentro de uma sociedade altamente machista, tendo que ocupar somente os espaços tidos por eles como espaços femininos, como suas residências e as salas de aula. Pois em meados dos anos 60 o magistério era o curso mais indicado para as mulheres, já que era associado a imagem feminina de mãe e esposa. Portanto muitas mulheres não satisfeitas com sua condição feminina foram à luta por seus direitos, organizando movimentos de reivindicação como aponta Faria em seu artigo:

O Movimento Feminista, entre outras lideranças, se fortalece através das ideias da norte americana Betty Friedan também, nos anos 60, as mulheres dão início a um movimento de autonomia, política e profissionalização feminina. Aqueles pertencentes às classes médias vão à luta por seus direitos, mas, para as das classes populares, esse processo se revela mais difícil, por ainda enfrentarem duas opressões: a de gênero e a de classe, somadas a questão étnica, no caso da mulher negra. (FARIA, 2012, p.06-07).

No transcorrer das décadas de 1950 a 1970 era notável a evolução das mulheres dentro das atividades que antes eram destinadas exclusivamente aos homens, além do expressivo aumento do número de mulheres não só na academia, mas também nos espaços públicos ocupando várias funções e estabelecendo maiores vínculos com os homens.

Nos jornais que circulavam em São Luís, entre os períodos de 1940 a 1979, é possível perceber uma ampla diversidade de situações em que os padrões de comportamento da mulher no espaço público eram ditados, sobretudo balizados pelo fator religioso. Dentre os jornais de São Luís, o que mais se destaca é o jornal Novidades por ter mantido, ao longo da década de 1950, duas colunas cujos conteúdos eram voltados para o público feminino: a primeira, almejava o público masculino e feminino no espaço intitulado “Boas Maneiras ou Etiquetas Sociais”, assinada por Rosarine Marques e a segunda era exclusivamente para o público feminino, “Secção Feminina” assinada por Isnaia Poliana. Rosarine Marques, por sua vez, oferecia conselhos para situações do cotidiano reforçando o olhar da religião católica sobre o comportamento ideal para homens e mulheres. (SALES, 2017, p. 121).

As revistas e os jornais dos anos 1950 abordavam diversos contextos femininos desde os preceitos de comportamento das mulheres dentro e fora do ambiente doméstico até a vida conjugal, apresentando sempre o modelo de mulher ideal para a sociedade, dividindo-as em dois grupos: o das moças de família e o das moças levianas.

2.1. Prática de distinção social e de gênero em Codó com exemplo da situação do Centro Operário Codoense

A História Oral se define como um método de pesquisa, ou seja, é o curso metodológico que auxilia a pesquisa e a construção do trabalho, onde procura não só escutar essas vozes, mas também arquivar os depoimentos dos indivíduos que fazem parte da história, mas que muitas vezes são deixados de lado ou excluídos dela. Além de ser uma metodologia que faz com que o sujeito traga à memória vivências e experiências tidas no passado, pois através da História Oral o sujeito pode expor suas vivências, suas falas que antes da História Oral não eram apreciadas, pois quando o entrevistador questiona o entrevistado sobre algo faz despertar sua memória sobre coisas que muito provavelmente não estavam registradas.

Não se pode esquecer que, mesmo no caso daqueles que dominam perfeitamente a escrita e nos deixam memórias ou cartas, o oral nos revela o "indescritível", toda uma série de realidades que raramente aparecem nos documentos escritos, seja porque são consideradas "muito insignificantes" - é o mundo da cotidianidade - ou inconfessáveis, ou porque são impossíveis de transmitir pela escrita. É através do oral que se pode apreender com mais clareza as verdadeiras razões de uma decisão. (FERREIRA, 2000, p. 33 - 34).

A memória coletiva é instrumento e objeto de poder, sobretudo a escrita promovendo esta dominação pela recordação. À medida que aparecem novas formas de registrar a memória, surgem também os controles, manipulações e formas de poder sobre a mesma, desde o uso da imprensa até nas celebrações e as novas formas de lembrar, ou esquecer. Talvez parte desta sedução que a memória carrega enquanto empoderamento tenha relação com

seu significado em uma sociedade, é como aponta Pierre Nora definindo-a enquanto viva aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, “vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações [...] é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente” (NORA, 1993, p. 09) Desta feita, a memória brincaria como um caleidoscópio, se acomodando e se refazendo, alimentando-se de lembranças vagas, globais, flutuantes e simbólicas.

Assim, a memória é constituída de alguns elementos que correlacionam a experiência daquele/a que lembra ou pensa que lembrou. Como afirma Michel Pollack:

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São os acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. [...] É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada (POLLAK, 1992, p. 201)

Este autor defende inspirado em Halbwachs, uma memória que interage constantemente com a relação de acontecimentos realmente vividos com a assimilação da vivência de alguns fatos, isto é, experiências vividas por outras pessoas ou em outro tempo ou lugar e que não se saberia a real diferenciação dos níveis de experiência, havendo uma confusão e aquele/a que ‘lembra’ associando todos os fatos à sua pessoalidade. Defende ainda que a memória é algo construído, seja de forma consciente ou não, e aquilo que se relembra ou exclui é resultado de uma organização própria da memória que combina elementos de uma identidade pessoal e coletiva.

A entrevista foi uma ferramenta primordial para a obtenção de informações, tendo em vista que as memórias acerca da cidade de Codó ainda estão sendo organizadas, coletas e fomentadas, inclusive com trabalhos acerca da oralidade de codoenses e as experiências vividas ou atravessadas de alguma forma com este lugar. Nos arquivos documentais da sociedade Centro Operário Codoense praticamente nenhum documento foi encontrado e segundo os entrevistados muitos registros se rasgaram ou se perderam ao longo do tempo. Destaca-se que na cidade há uma grande carência de materiais que tratem da história do município, uma vez que os pouquíssimos moradores que tem em seus arquivos pessoais registros sobre a história do município não compartilham suas preciosidades.

A entrevista além de ser um meio para se obter informações, nos proporciona momentos únicos havendo uma maior proximidade entre os indivíduos inseridos na pesquisa. No entanto, esse momento não foi muito fácil, pois várias dificuldades foram surgindo durante

esse percurso desde a indicação de pessoas para entrevista até a realização da mesma, ainda assim foi uma atividade muito prazerosa, onde proporcionou vários momentos inesquecíveis e de reflexão sobre a história do município de Codó.

A cada entrevista realizada havia um enriquecimento cultural obtido por mim, pois cada entrevistado deixava sua contribuição nos aspectos não só cultural mais também social, pois, atos de solidariedade eram o objetivo principal da entidade que foi foco da pesquisa oral. Sem dúvidas o momento mais significativo na pesquisa de campo foram as entrevistas com os membros que compõe a entidade, apesar da grande dificuldade de localizá-los.

As entrevistas ocorreram durante os meses de julho, agosto e novembro do ano de 2017 e inicialmente as conversas fluíram muito bem apesar de um certo receio por parte de alguns entrevistados por terem suas falas gravadas. As conversas eram sempre regadas de muitos risos, era notável o prazer que tinham os entrevistados ao descrever suas memórias, onde a cada trecho contado vinham risadas, olhares tristonhos quando relatavam algo que quem entristeciam. Isso demonstra a relação entrevistado x entrevistador, onde as temporalidades, memórias e elaboração de uma percepção acerca de si ou de algo que tenha vivido se afloram.

História e memória tem suas proximidades, mas também relevantes diferenças, tem em comum o passado, mas há importantes dissonâncias. É preciso observar duas coisas importantes: o tempo que se refere a narrativa do passado e o tempo em que se narra e a memória está entre estes dois tempos, pois ela compreende uma imagem mental do passado e também se aprisiona nas palavras, sobretudo a escrita.

A memória história nasce dentro da narrativa histórica, buscando uma representação da lembrança do vivido:

Mas do que pura representação, a memória afirma-se diferentemente da história pela capacidade de assegurar permanências, manifestações de sobreviventes de um passado muitas vezes sepultado, sempre isolado do presente pelas muitas transformações, pelos cortes que fragmentam o tempo. (PINTO, 1998, p.207)

O trabalho de entrevista foi feito com quatro homens e uma mulher que tanto contribuíram para construção desta pesquisa. Como um dos entrevistados não autorizou o uso de seu nome no trabalho, então optei por não utilizar os nomes dos mesmos, classificando-os como: entrevistada 1, entrevistado 2, entrevistado 3, entrevistado 4 e entrevistado 5.

Por terem sido silenciadas historicamente as mulheres acham que não tem informações significantes a dizer, uma vez que não tiveram suas vozes valorizadas, inclusive foi o caso da minha única entrevistada mulher, que por muitas vezes durante a entrevista dizia: “o que eu sei não vai te servi não minha filha”, e sempre me indicava nome de homens para eu

obter informações mais precisas do que estava sendo pesquisado. Pelo fato de a associação atualmente ter pouquíssimos associados à poucas mulheres que compõe o grupo, e devido não terem tido suas vozes contempladas até aquele momento, muitas delas se negaram a conceder entrevista, o que foi um dos fatores determinante para eu ter entre os entrevistados apenas uma única mulher.

A primeira entrevista foi com uma senhora de 67 anos de idade, denominada para análise deste trabalho de “entrevistada 1”, natural de Codó e é componente da direção da entidade. Apesar de um certo receio em falar o que sabia e saber que sua fala seria gravada, a mesma depois de algum tempo já estava mais à vontade. Pelo fato do nosso encontro ter sido em seu estabelecimento comercial tivemos várias pausas durante a entrevista.

Iniciou falando sobre a fundação do Centro Operário na qual seu falecido pai foi presidente por um tempo, e levou os filhos a participar das atividades da associação, onde começou a participar com seu pai desde seus 15 anos de idade. Participou de várias festas promovidas pela associação, festas essas que tinha um grande público, mais durante seu depoimento com o olhar tristonho falou sobre a diferença das festas de antigamente em relação as festividades de hoje da associação, pois não estão tendo condições financeiras para promovê-las.

Quando questionada sobre a condição da mulher dentro dessas festividades foi bem direta em sua resposta:

Rapariga não entrava nas festas só quem era moça, nem no Centro Operário nem na União Artística (Entrevistada 1, Codó, 08 de julho de 2017).

Na fala desta entrevistada é possível destacar um marcador de gênero que é atravessado pelas convenções sociais que recaem sobre as mulheres, não apenas na sociedade de 1950 a 1980, foco de sua lembrança, mas sobretudo relativas à atualidade, pois categoriza, ainda sobre os moldes da atualidade, a questão da mulher de respeito ou “moça” e a sua oposição, a “rapariga”. A própria instituição do Centro Operário, apesar de estar relacionada com pessoas das camadas mais populares da sociedade codoense, relacionava-se também com alguma forma de distinção social e que no caso feminino estaria ligado a fatores de moralidade, estabelecendo hierarquização de categorias femininas.

Destacou ainda que a sociedade na qual faz parte com a exceção das moças levianas aceitava todo tipo de público o rico, o pobre, o branco, o negro e principalmente os negros que era o maior público da entidade devido o tambor de crioula que acontecia na antiga estrutura da

sede uma casinha que tinha apenas um corredor no meio e se fazia festas nos quatro quartos que tinha e só depois de um tempo que começou a ser reformado e ampliado.

O segundo entrevistado foi um senhor de 51 anos de idade, natural de Codó e conselheiro fiscal da casa desde 2007. Um homem falante de voz firme, aceitando de imediato me conceder a entrevista, mesmo acompanhado de sua esposa e de seu filho e estando em um local movimentado, pois a entrevista ocorreu no dia da comemoração do aniversário da associação. Foi paciente durante toda sua fala, relatou a dificuldade que eles têm em manter a associação, pois o dinheiro arrecadado mensalmente através das mensalidades pagas pelos sócios não é o suficiente para as despesas que tem a associação. Quando questionado sobre as festividades que promove a associação, destacou a condição feminina antes mesmo de eu direcionar o questionamento.

O 13 de maio era uma festa grande, muito bonita, tinha desfile nas ruas, tinha tambor de punga que é o mesmo tambor de crioula que a gente chama hoje. Tinha várias competições, tipo gincanas com corrida do saco, ovo na colher e hoje em dia faz a festa não aparece quase ninguém. As mulheres que não eram puras, vistas como raparigas eram discriminadas não podiam se misturar com as senhoras, pois era como se estivesse dando mal exemplo para as demais mulheres. Pessoas sem meias também não entravam. (Grifo nosso - Entrevistado 2, Codó, 26 de agosto de 2017).

Registra-se outro relato acerca da condição e exigências sobre o feminino na sociedade codoense, quando o entrevistado 2 destaca em sua fala que “as mulheres que não eram puras” não deveriam entrar, tem-se um reflexo de como a sociedade elabora exigências e padrões moralizantes para as mulheres e não os usa para correlacionar aos homens. Tal estrutura é fruto de uma sociedade baseada no patriarcado, onde a autoridade e privilégio masculino se sobrepõe ao feminino marcando desigualmente pensamentos, organização social, instituições, regras e vidas.

No mesmo dia e no mesmo local foi realizada a entrevista com o entrevistado 3, um senhor de 77 anos de idade, natural de Codó, e que ocupa o cargo de diretor há mais de trinta anos do Centro Operário e já fez parte da segurança do local. Um senhor muito simpático que mesmo com muita pressa para deixar o local devido ter que estar presente em outro compromisso não recusou me conceder a entrevista pois considerou a pesquisa interessante. Sua entrevista foi marcada por estar sempre em movimento durante toda sua fala. E por já ter feito parte da segurança do local enfatizou as normas que tinha a associação.

Aqui tinha muitas regras, nós começávamos pelas meias, os rapazes que chegavam para a festa nós dizia suspende a calça, rapaz está sem meia então não pode entrar, outra coisa mulher falada também não entrava nas festas daqui não. Se tivesse uma festa aqui, e tinha uma irmã, uma prima ou uma tia que morava aqui ou no interior e você queria convidar para vim para a festa com você, tinha que vim aqui avisar antes

que você queria trazer uma pessoa para a festa com você, porque se você viesse dizer só na hora da festa ou não avisasse antes não entrava na festa. Tinha que vim primeiro aqui e dizer olha está vindo uma prima minha do interior, ela é moça de família e quero que ela venha aqui para a festa, aí estava apresentado. Aquelas janelas que você está vendo ali era para arremessar as pessoas por elas, caía lá embaixo, nós trabalhávamos aqui na segurança, nós éramos 15 homens, pegava igual boneco e jogava lá fora, “neguim” esperneava, não tinha gravata não, não tinha essa história de ser filho de papaizinho não. Aqui era ordem, a lei aqui era seca, agora as coisas foram morrendo, se colocarmos muita ordem hoje não dá ninguém aqui (Entrevistado 3, Codó, 26 de agosto de 2017).

Destacou em sua fala que além das regras impostas às mulheres havia regras também para o comportamento dos homens, pois homens que arrumassem confusões, brigas eram arremessados pelos janelões da entidade inclusive por ele pois fazia parte do grupo que promovia a segurança do local, e os homens para participar das festas deveria estar bem trajado com ternos de linho, meias, gravatas, caso descumprisse essa norma não chegava nem entrar na festa. “Se tivesse uma festa aqui, e tinha uma irmã, uma prima ou uma tia que morava aqui ou no interior e você queria convidar para vim para a festa com você, tinha que vim aqui avisar antes que você queria trazer uma pessoa para a festa com você”, era outra norma da sociedade não aceitavam mulheres desconhecidas naquelas festas justamente para poderem avaliar a moral das mesmas e as qualificarem entre “raparigas” ou “moças”, portanto se não houvesse esse anúncio prévio passaria por constrangimento, pois além de ser chamado atenção, seria convidada a se retirar da festa.

A quarta entrevista foi feita com um senhor de 69 anos, natural do estado do Piauí, tendo ocupado dois cargos importantes na associação presidente e tesoureiro, mais por motivo de saúde teve que se desligar do cargo de presidente no ano de 2017. Pelo fato do nosso encontro ter sido em seu estabelecimento comercial, tivemos várias pausas durante a entrevista e devido essas pausas que tínhamos que dar para que ele pudesse atender seus clientes, o mesmo buscou ser bem objetivo em cada resposta. Quando se referiu sobre os frequentadores da associação destacou a grande presença dos negros nas festividades do Centro Operário Codoense e também enfatizou condição feminina antes mesmo de ser questionado sobre o tema.

O Centro Operário acatava todo tipo de gente, mais 70% era negro, mais era misturado, branco, caboclo, índio, toda classe era aceita no Centro Operário. Ainda hoje é todo mundo aceito, a classe de operários pobre foi quem fundou o Centro Operário, rico entrava porque abrangia todo mundo, mais foram os pobres que fundaram. Na União e no Centro Operário não entrava mulher que era falada e homem tinha que usar paletó e ainda suspendiam a calça para ver se estava usando meias. O termo que utilizava para falar das mulheres, era o termo “militriz” que significava mulher mal falada, rapariga. A sociedade de rico era o Guarapary, lá negro não entrava, hoje está tudo acabado, e essa é a diferença para o Centro Operário porque no Centro Operário sempre entrou todo mundo. (Entrevistado 4, Codó, 26 de agosto de 2017).

Assim como o entrevistado anterior em sua fala reforça as regras sociais impostas pela sociedade em relação não só a mulher mal falada que não podia dividir o mesmo espaço que as moças de família, sendo que as normas se estendiam também aos homens que deveriam estar sempre bem vestidos. Destaca-se o termo usado para se referir às mulheres, ele parece se reportar à meretriz que quer dizer “mulher que pratica meretrício, prostituta”, então havia uma associação e divisão categórica de mulheres, num sentido de reforçar padrões figurativos das mesmas, associando as que não se encaixavam nos critérios, de recatadas e moças de família, com a prostituição, o extremo oposto da mulher ideal. Aproxima-se com a análise feita por Pinsky (2012) aos modelos rígidos e flexíveis de mulheres na história do Brasil recente onde eram condenadas visões de mulheres namoradeiras, solteironas, sem instrução, desocupadas e reforçava-se a ideia de boa esposa, mãe, responsável, etc.

A ‘moça de família’ dos anos dourados porta-se corretamente, tem gestos contidos e ‘boas maneiras’, mantém-se no ‘bom caminho’, não abusa de bebidas alcoólicas, não se envolve em conversas picantes nem compreende piadas impróprias; obedece aos pais e se prepara adequadamente para cumprir o destino feminino, desenvolvendo prendas domésticas e guardando as intimidades sexuais para o futuro marido. (PINKY, 2012, p. 482)

A última entrevista foi feita com um senhor de 75 anos, natural de Codó e que faz parte da direção da entidade, uma pessoa que possui um vasto conhecimento sobre a história do município de Codó, presta serviço não só no Centro Operário Codoense, mais também na União Artística que é outra entidade de classe do município. Tivemos não só esse encontro mais também outros encontros no salão da União Artística, onde lá me apresentou vários documentos referentes ao Centro Operário entre eles o estatuto do Centro Operário me permitindo fotografar ou fazer a cópia do documento, se mostrou um homem interativo e muito firme em suas palavras indo além do que estava sendo questionado, com textos longos tornando assim a entrevista de maior duração. E enfatizou várias vezes em sua fala que a palavra solidariedade é a palavra que define a associação.

Muitos não sabem mais a palavra solidariedade é a palavra chave da associação, pois promover o bem-estar de seus associados é seu principal objetivo (Entrevistado 5, Codó, 26 de agosto de 2017).

Todos os integrantes da associação, os chamados sócios destacaram que o objetivo principal da entidade é a solidariedade promovendo o bem-estar de seus sócios. Ressaltando que nenhum dos entrevistados sabem ao certo que foram todos os fundadores da entidade, no máximo nome de dois fundadores, sendo que os documentos que poderia nos levar até esses

nomes já não existem mais, uns se rasgaram com o tempo, outros se perderam na medida em que ia mudando as gestões.

Apesar do termo “rapariga” significar moça, ainda é tido como uma difamação, onde nem uma mulher se considera representada por esse termo, na qual para maioria das mulheres ainda é um termo pejorativo. Portanto quatro dos entrevistados com exceção do entrevistado 5 usaram esse termo para classificar as mulheres da sociedade que não eram mais puras (virgens), chamadas também de “meretrizes” no período aqui estudado.

Em seus relatos os entrevistados destacam a condição das mulheres levianas dentro da associação, pois como na época a cidade ainda era muito pequena e todos se conheciam as informações chegavam rapidamente às associações, então quando os membros das entidades desconfiavam que uma moça de família não era mais virgem, a comissão da entidade enviava um documento de forma sigilosa para a moça convocando-a para uma reunião com os mesmos e caso ficasse provado o que haviam suspeitado a moça seria proibida de voltar a frequentar as festividades de todas as associações existentes na cidade. Caso a moça fosse mesmo assim para as festas da entidade, assim que era vista pelos seguranças do local eram convidadas de forma discreta a sair da festa.

As moças de família iam para as festas do Centro Operário sempre na companhia de seus pais, principalmente da mãe, quando a orquestra começava a tocar era um convite para a dança, os rapazes iam em direção as moças que estavam acompanhadas por seus responsáveis e às convidavam para dançar e cabia a elas aceitar ou não.

Em geral observou-se que a visão dos entrevistados reflete como a sociedade enxergava as mulheres da época, discriminando-as pelos padrões machistas e tradicionais do período aqui abordado, sendo vigiadas, controladas, ressaltando ainda que a conservação da moral garantia a posição de mulher ideal para a sociedade.

CONCLUSÃO

As mulheres que, ao longo dos anos de 1950 e 1960, demonstravam buscar conhecimentos para além do espaço doméstico estavam submetidas a serem controladas, difamadas, pois para a época o poder e a autoridade estavam concentrados exclusivamente na figura masculina, mais muitas mulheres da época quebraram tabus e foram em busca de seus desejos mesmo estando sujeitas a perderem seus prestígios.

Ao ingressarem nas universidades foram ficando mais próximas do sexo masculino, uma vez que passaram a dividir os mesmos espaços, mais não foi uma tarefa fácil disputar espaço com os homens, pois a imagem da mulher estava sempre ligada a fragilidade ao sexo frágil dependente do sexo masculino.

Nas entrevistas pode-se notar a relevância que tinha a conservação da moral para se manter como família modelo e a cobrança que tinha a sociedade com a moça de família que teria que se manter pura (virgem) para ter uma vida promissora, pois a virgindade era o caminho para a moça conseguir um bom casamento e não podiam ter amizades com moças levianas, uma vez que poderiam ser influenciadas a violarem os preceitos ditados pela sociedade.

Como exemplo do Centro Operário Codoense não havia uma distinção em relação a cor, raça ou condição social dentro de suas festividades, mais havia avaliação da moral das moças rotulando-as como moças de família, raparigas, moças levianas ou moças mal faladas, sendo que as moças levianas não podiam frequentar as festividades promovidas pela associação nesse período, pois eram vistas como má influências para as moças de família.

Nas entrevistas, os entrevistados relatam que o município de Codó apesar de nos anos de 1950 e 1960 ter tido uma evolução populacional de forma acentuada, ainda era uma cidade pequena, onde todos se conheciam e tinham conhecimento das necessidades que tinha a população, principalmente a classe operária, então surgiu a ideia de fundar uma entidade de classe para promover solidariedade humana para a população destacando a classe operária.

O Centro Operário Codoense ao ser reconhecido como utilidade pública, passou a promover além da solidariedade, festas aos seus associados exigindo o tipo de mulher ideal para compor ao grupo da entidade. Reforçando que a visão sexista sobre a mulher reflete a sociedade patriarcal em que homens e mulheres foram criados e reproduz a cultura dominante masculina.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. **A importância da história oral como metodologia de pesquisa**. Uberlândia, 2016.

BRANDÃO FILHO, Maximiano. **Estatuto do Centro Operário Codoense**. Codó, 1995.

CAMANA, Ângela. **A representação da mulher durante a ditadura militar brasileira: anúncios da revista Veja 1969-85**. Porto Alegre, 2012.

CORDEIRO, Ângela et e al. (orgs.). Revista **Leia Hoje**- Enciclopédia do Maranhão. Codó, 2000, n° 49, vol.VI

COSTA, Marcelo Lima. **O Projeto de Modernização de São Luís nos anos Paulo Ramos (1936-1945)**. São Luís, UFMA, 2016. Dissertação de Mestrado.

FARIA, Lia Ciomar Macedo. In: CUNHA, Washington Dener dos Santos & SILVA, Rosemaria Josefa Vieira da (orgs.). **Memórias e Representações Femininas: Ideologias e Utopias dos anos 60**. Minas Gerais, UFVJM, 2012.

FERREIRA, Marcia Milena Galdez. **A invenção do eldorado maranhense em narrativas de migrantes nordestinos (1930-1970): aportes teóricos metodológicos**. São Luís, 2016.

FERREIRA, Marieta de Moraes In: FERNANDES, Tania Maria & ALBERTI, Verena (orgs.). **História Oral desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2000.

FERRETTI, Mundicarmo. Tambor, Maracá e Brincadeira de Negro no Maranhão na Virada do Século XIX e Início do Século XX. In: SALES, Tatiane da Silva; NERIS, Wheriston Silva, etc e al (orgs.). **Histórias do Maranhão em Tempos de República**. São Luís, 2015.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre In: PINSKY, Carla Bassanezi; PRIORE, Mary Dell, etc e al (orgs.), **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

Jornal **Novidades** (MA), 15 de junho de 1952, ano I, nº 117, p. 01

Jornal **Satélite** (MA), 03 de outubro de 1950, ano III, nº 07, p. 05

LUCA, Tânia Regina de. Imprensa Feminina: mulher em revista. In: In: PINSKY, Carla Bassanezi & PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres**. São Paulo, Contexto, 2012.

MARANHÃO. **Código de Posturas da Câmara Municipal de São Luís**, 1866.

MACHADO, João Batista. **Codó, histórias do fundo do baú**. Codó, FACT/ UEMA, 1999.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, São Paulo, v. 10, 1993.

PEREIRA FILHO, Jomar Fernandes. **FORMAÇÃO ECONÔMICA DO MARANHÃO: superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento**. São Luís, 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi. Imagens e Representações I – a era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi & PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres**. São Paulo, Contexto, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos Anos Dourados. In: PEDRO, Joana Maria & PRIORE, Mary Dell, etc e al (orgs.), **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2010.

PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da Memória. In: Revista **Projeto História** (17), nov. 1998, p. 203-211.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 5, n.10, 1992.

SALES, Tatiane da Silva. **GRADUANDAS DA ILHA: um estudo sobre a presença feminina nos cursos de Farmácia, Odontologia e Direito em São Luís/MA (1940-1979)**. Belém, 2017 (tese de doutorado).

SELBACH, Jeferson Francisco (org.). **Códigos de Postura de São Luís/MA**. São Luís, EDUFMA, 2010.

TABAK, Fanny. **Autoritarismo e Participação Política da Mulher**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1983.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres**. Dourados-MS, UFGD, 2014.

APÊNDICES

Roteiro de Entrevista

Tipo de entrevista:

Entrevistadora:

Local:

Data:

Duração:

NOME DO ENTREVISTADO (A)

(depoimento, data)

1- Qual a data de fundação do Centro Operário Codoense?

2- Qual função o (a) senhor (a) exerce atualmente no Centro Operário Codoense?

3- Qual o período das festividades e quais eram elas?

4- Estas festas mudaram ao longo do tempo e quais foram essas mudanças?

5- Quem foram os fundadores do Centro Operário Codoense?

6- Qual era a condição social? Eram mais negros ou brancos? Mulheres ou homens os frequentadores da associação?

7- Existiam normas dentro da entidade? Que normas eram essas?

8- Porque as mulheres mal faladas não podiam frequentar a entidade?

9- O que o Centro Operário faz atualmente? Qual sua proposta atual?